

Invasão ou guerra pela paz? O retorno da rainha Isabella à Inglaterra (1324-1327)

Janaina Bruning Azevedo¹

Resumo: A historiografia sobre a Inglaterra do século XIV nos evidencia pouco sobre as atuações políticas e a importância de Isabella da França (1295-1358), rainha consorte da Inglaterra de 1308 a 1327 e rainha regente de 1327 a 1330. Isabella era esposa de Eduardo II, rei da Inglaterra, e é nesse período que iremos tratar da trajetória de Isabella e de suas atuações como rainha. Com acesso à algumas das documentações, também utilizadas por pelos historiadores dessa historiografia selecionada para a construção desse artigo, tais como o *Calendar of Fine Rolls, 1319-27* (1912), *Calendar of Close Rolls, 1327-30*, (1972), *Calendar of Patent Rolls, 1324-27* (1971); além da crônica inglesa *The Brut or The Chronicles of England* (1906); conseguimos nos defrontar com a problemática quanto a ida de Isabella para a França, em 1325, e sua volta para a Inglaterra, em 1326. Seu retorno à Inglaterra tratava-se, até então, de uma invasão e, portanto, visto como ilegítimo. No entanto, cabe nos perguntar: o retorno da rainha foi uma invasão no reino ou uma guerra pela paz do reino? O que iremos defender é que Isabella, agindo de acordo com as circunstâncias, conseguiu, de certa forma e até certo ponto, promover uma guerra pela paz do reino. Sendo assim, também visto como legítimo.

Palavras-Chave: Isabella da França; Invasão; Guerra pela Paz.

Abstract: The historiography about the England of the fourteenth century shows us little about the political performances and importance of Isabella of France (1295-1358), queen consort of England from 1308 to 1327 and queen regent from 1327 to 1330. Isabella was the wife of Edward II, king of England, and it is in this period that we will be dealing with the trajectory of Isabella and her political performances as queen. With access to some of the documentation, also used by historians of this historiography selected for the

¹ Graduanda do 6º Semestre do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), vigência de 2017/2018 e de 2018/2019. Integrante do Grupo de Pesquisa Insignia: Estudos Históricos sobre Poder, Sagrado e Violência, vinculado ao departamento de História (IGHD-UFMT). Orientador: Prof. Dr. Leandro Duarte Rust (UFMT). Todas as traduções deste artigo são de nossa autoria. Traduções realizadas para maior facilidade de leitura e compreensão, mantendo as citações originais em notas de rodapé.

construction of this article, such as the *Calendar of Fine Rolls, 1319-27* (1912), *Calendar of Close Rolls, 1327-30*, (1972), *Calendar of Patent Rolls, 1324-27* (1971); besides the English chronicle *The Brut or The Chronicles of England* (1906); we were able to confront the problem of Isabella's departure for France in 1325 and her return to England in 1326. Her return to England was seen, until now, as an invasion, and was therefore considered illegitimate. However, it must be asked: was the queen's return an invasion of the realm or a war for peace of the realm? What we are going to defend is that Isabella, acting according to the circumstances, managed, in a way and to a certain extent, to promote a war for the peace of the kingdom. Thus, also seen as legitimate.

Keywords: Isabella of France; Invasion; War for Peace.

De antemão, gostaríamos de fazer uma breve contextualização sobre o período que iremos tratar nesse artigo antes de adentrarmos em outras discussões, tais quanto ao uso de determinados termos e palavras que constam no título. Trata-se aqui da Inglaterra do século XIV, um período em que esse reino se encontrava em conflito tanto com o reino da França quanto com o reino da Escócia. A relação conflituosa com os franceses vem desde o século XIII, principalmente quanto a questões aos ducados de Aquitânia e Guienne (Gasconha). Com os escoceses, tem-se a Guerra de Independência da Escócia, dividida em duas fases: a primeira de 1298 a 1328, a segunda de 1332 a 1358. É nesse período que se encontra o reinado de Eduardo II e, conseqüentemente, a trajetória política e vida da rainha Isabella. Mais adiante retornaremos aos aspectos do reinado de Eduardo II. No entanto, a nossa preocupação e objeto de estudo é a rainha Isabella, sobre a qual, por sua vez, tem-se pouco escrito, muito menos sobre suas atuações políticas e sua importância nesse período. Para tratarmos das atuações políticas de

Isabella e sua importância, iremos dispor dos acessos que foram possíveis a essa historiografia sobre o reinado de Eduardo II² e à uma única obra sobre rainhas medievais de Lisa Benz St. John.³ Também utilizaremos das análises feitas nas documentações de cunho jurisdicional tais como *Calendar of Fine Rolls, 1319-27* (1912), *Calendar of Close Rolls, 1327-30* (1972), *Calendar of Patent Rolls, 1324-27* (1971); além da crônica inglesa *The Brut or The Chronicles of England* (1906).

Desse modo, a problemática desse artigo consiste no período entre a ida de Isabella à França, em 1325, e seu retorno à Inglaterra na segunda metade de 1326. Para essa problemática, temos uma pergunta: o retorno de Isabella foi uma invasão do reino ou uma guerra pela paz do reino? A hipótese que iremos defender é de que, Isabella, agindo de acordo com as circunstâncias, com sua autonomia política (sobre a qual falaremos um pouco mais adiante), conseguiu, de certa forma e até certo ponto, promover uma guerra pela paz do reino. Sendo assim, seu retorno também pode ser visto como legítimo. No entanto, havia aristocratas que acreditavam na restauração da paz e estes, por sua vez, possivelmente enxergaram as ações da rainha

²VALENTE, Claire. *The Theory and the Practice of Revolt in Medieval England*. London: Ashgate, 2003; PRESTWICH, Michael. *The Three Edwards: War and State in England 1272-1377*. 2nd. Ed. Routledge, 1990; BUCK, Mark. *Politics, Finance and the Church in the reign of Edward II: Walter Stapleton, treasurer of England*. Cambridge University Press, 1983; DODD, Gwilym; MUSSON, Anthony. *The Reign of Edward II: New Perspectives*. York: York Medieval Press, 2006.

³ST. JOHN, Lisa Benz. *Three Medieval Queens: Queenship and the Crown in the Fourteenth-Century England*. London: PalgraveMacmillan, 2012.

Isabella como legítimas, com o uso da força, do derramamento de sangue, como meio de pacificar a Inglaterra em seu retorno. Por outro lado, havia outra parcela aristocrática que, possivelmente, enxergavam esse retorno como uma invasão, como ilegítimo, como promotor de mais violência e desordem.

Trataremos agora sobre alguns termos e palavras que constam no título. O uso de “guerra pela paz” é fundamentado no princípio de que a guerra muitas vezes é mais do que derramar sangue do inimigo, mas se derrama o sangue em busca pela “paz”. E o ato de derramar sangue como pacificação é o “resultado de procedimentos políticos que predominam numa época”.⁴Inclusive, Claire Valente em *The Theory and The Practice of Revolt in Medieval England* nos evidencia que guerreavam em busca da paz.

Mais adiante, acerca da concepção de “paz” na Idade Média, trataremos nesse artigo historiadores como Richard W. Kaeuper com seu livro *War, Justice and Public Order: England and France in Later Middle Ages*;⁵Diane Wolfthal com *Peace and Negotiation: Strategies for Coexistence in the Middle Ages and the Renaissance*;⁶R. Landes e T. Head em *The Peace of God: Social Violence and Religious Response in*

⁴ RUST, Leandro Duarte. *Bispos Guerreiros: Violência e Fé antes das Cruzadas*. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 114.

⁵KAEUPER, Richard W. *War, Justice and Public Order: England and France in Later Middle Ages*. Oxford: Clarendon Press, 1988.

⁶WOLFTHAL, Diane. *Peace and Negotiation: Strategies for Coexistence in the Middle Ages and Renaissance*. Arizona: Brepols, 2000.

France around the Year 1000; ⁷e *Peace and Protection in the Middle Ages* de T. B. Lambert e David Rollason. ⁸Quanto ao uso da violência, temos Leandro Rust, com seu livro *Bispos Guerreiros: Violência e Fé antes das Cruzadas*, e a historiadora Claire Valente, com o livro já mencionado acima. A concepção de violência no livro de Rust é cabível para o século XIV, apesar de se tratar de um período mais recuado no tempo do que será analisado nesse artigo.

Preferimos chamar a volta da rainha Isabella à Inglaterra como retorno. Segundo as leituras da crônica *The Brut*, dos documentos de cunho jurisdicional tais como o *Calendar of Close Rolls*, *Calendar of Fine Rolls*, *Calendar of Patent Rolls*, nos aproximamos mais da interpretação de que a rainha Isabella não foi expulsa. A rainha teria ido à França como “embaixadora” e “mediadora da paz” de conflitos com o estrangeiro. Tendo a rainha aceitado a ir, pode-se dizer, portanto, que ela não partiu forçada. No entanto, se tornaria legítimo o uso da força, do derramamento de sangue, como meio de pacificar e reorganizar a Inglaterra em seu retorno? Falaremos disso mais adiante.

Quanto à questão do termo “invasão”, Michael Prestwich em *The Three Edwards: War and State in England (1272-1377)*, Mark Buck com *Politics, Finance and the Church in the Reign of Edward II: Walter Stapeldon, treasurer of England*, e o livro *The Reign of Edward*

⁷HEAD, Thomas; LANDES, Richard. *The Peace of God: Social Violence and Religious response in France around the Year 1000*. New York: Cornwell University Press, 1992.

⁸LAMBERT, T. B.; ROLLASON, David. *Peace and Protection in Middle Ages*. Durham: Durham University Press, 2009.

II: News Perspectives, organizado por Gwilym Dodd e Anthony Musson, retratam este momento como uma incerteza: ora dizem que foi uma invasão, ora uma retomada. Porém, mesmo nessa incerteza, eles estão mais inclinados a aceitar que a volta da rainha à Inglaterra fora uma invasão. A historiadora Lisa Benz St. John, que publicou o livro *Three Medieval Queens: Queenship and the Crown in the Fourteenth-Century England*, afirma ainda nas primeiras páginas que “com o príncipe a seu lado, Isabella começou a procurar apoio para uma invasão da Inglaterra”.⁹No ponto de vista destes historiadores, essa aparente inclinação para uma interpretação do momento como uma invasão se deve ao fato de que a rainha trazia consigo um exército de homens armados e a cavalo, portanto, caracterizando-se como não-legítimo. Por outro lado, apesar de Lisa Benz St. John nos dizer que a volta de Isabella foi uma invasão, esta historiadora tem como principal objeto em seu livro o termo *queenship*, isto é, o poder e autoridade, gênero, *status* e o conceito da “coroa” referente às três rainhas medievais (Margaret, Isabella e Philippa) do século XIV na Inglaterra. Portanto, St. John nos será fundamental para quando formos tratar especificamente da rainha Isabella.

⁹*With the prince at her side, Isabella began to seek support for an invasion of England.*

ST. JOHN, Lisa Benz. *Three Medieval Queens...* Op. Cit., p. 3

Isabella da França (1295-1358)

Isabella nasceu em 1295. Era filha de Philip IV, rei da França, e Joana I, rainha de Navarra. Já aos 13 anos, em 1308, a jovem Isabella casou-se com Eduardo II, rei da Inglaterra. A maior parte da história de vida de Isabella se encontra durante o reinado de Eduardo II, na sua regência, durante a minoridade de seu primogênito, e se estende por mais alguns anos após Eduardo III assumir, de fato, o poder sobre a Inglaterra no ano de 1330.

Durante o reinado de Eduardo II, a rainha consorte teve sua importância. No início, Isabella esteve bastante ao lado do rei em reuniões, assembleias e em viagens para além-mar. A morte de Gaveston¹⁰, um dos favoritos do rei, fez com que as atuações políticas de Isabella mudassem. “Segundo Lisa Benz St. John, “era o status não oficial de Isabella e a natureza “de bastidores” da intercessão que tornavam Isabella valiosa como mediadora de Eduardo”.¹¹ Isabella também passou a atuar na Chancelaria, sobretudo com mais autonomia a partir de 1326. O que iremos defender é que todos esses procedimentos políticos acabaram, posteriormente, se transformando,

¹⁰ Piers de Gaveston, conde de Cornwall, nasceu em 1284 e foi morto em 1312. Antes mesmo da ascensão de Eduardo II ao trono, Gaveston e Eduardo mantinham contato na Corte, eram bastante próximos. Piers foi banido do reino pela oposição de Eduardo II no ano de 1311, mas poucos meses depois ele retornou à Inglaterra. A morte de Gaveston possivelmente foi encomendada pela oposição do rei, que perseguia seus favoritos. O líder dessa oposição era Thomas de Lancaster, conde de Lancaster e primo do rei. Lancaster foi morto em 1322 após ter ocasionado uma grande revolta no ano anterior.

¹¹ *It was Isabella's unofficial status and the “behind-the-scenes” nature of intercession that made Isabella valuable as a mediator for Edward.* Ibid., p. 33.

espontaneamente ou não, em atuações políticas autônomas da rainha. Sua própria relação com o rei lhe dera as forças e condições de promover uma independência em suas atuações políticas. Mesmo quando parte de suas terras foram confiscadas em 1324 e repassadas aos Despenser, outros favoritos do rei, sua autoridade e poder não estavam enfraquecidos. Nesse período do reinado de Eduardo II, Isabella teve oportunidades de agir além de em nome do rei. Suas atuações políticas lhe garantiram uma posição política elevada e legítima, um poder influente sobre a interdependência entre aristocratas e a coroa, permitindo que ela conquistasse confiança e lealdade, tanto na França quanto na Inglaterra. Nesse sentido, quando falarmos mais adiante das evidências de sua guerra pela paz do reino, deve-se lembrar que o apoio desses aristocratas em seu retorno foi substancial para tornar a guerra como uma ferramenta para com fins políticos.

O reinado que falhou

O reinado de Eduardo II foi composto por crises de poder que, para Thomas N. Bisson, eram "consequência de uma mistura constituída pelas restrições derivadas do costume, posição social e riqueza",¹² podendo, por vezes, ser interpretada como crises de

¹²*Las crisis de poder eran consecuencia de una mezcla constituida por las restricciones derivadas de la costumbre, la posición social y la riqueza.*

BISSON, Thomas N. *Las crisis del siglo XII: el poder, la nobleza y los orígenes de la gobernación europea*. Crítica Barcelona, 2009. p. 330.

“lealdade”¹³. Porém, iremos defender que essas crises não partiam da aristocracia, mas sim, dos tipos de governos vigentes. Sobre isso, Claire Valente e V. H. Green¹⁴ nos dizem que, no reinado de Eduardo II, a crise era o resultado de um acúmulo de insatisfações com os governos. Como bem diz Green, é “como se a crise do reinado não representasse mais do que uma explosão espontânea contra a dura disciplina do antigo rei e a incompetência e má administração de seu filho”.¹⁵ Ou seja, não eram os aristocratas os perturbadores da paz do reino e os causadores da própria crise. Eram os tipos de reis e seus respectivos governos que geravam o conflito. Tanto Valente quanto Green partem do princípio de que os aristocratas possuíam certa consciência de sua posição social, que tinham interesses, e que conheciam as leis e os costumes que se perpetuavam pelo reino. O não reconhecimento, ou o não cumprimento, dessas leis e costumes por parte dos reis era o motivo e legitimava os aristocratas para se posicionarem contra seus governantes.

Para entendermos a crise e oposição no reinado Eduardo II precisamos olhar para trás, alguns séculos antes. “A distribuição de terras feita por Guilherme, O Conquistador, facilitou os contatos e promoveu interesses que eram comum a toda classe donas de terras pela

¹³ Outra definição, digamos que mais simplificada, de Bisson para as crises de poder. Para este historiador, quanto mais crises, mais desordem se teria. Podemos, com certa facilidade, atribuir este sintoma de desordem à sociedade que se encontrava sob reinado de Eduardo II.

¹⁴ GREEN, V. H. H. *The Later Plantagenets*. Arnold, 1955.

¹⁵ [...] *as if the crisis of the reign represented no more than a spontaneous outburst against the harsh discipline of the old king and the incompetence and misgovernment of his son*. Ibid., p. 113.

inteira Inglaterra, pelo menos no que interessava às relações com o suserano”.¹⁶ Os interesses e os impulsos do momento colocavam os aristocratas em situações distintas: às vezes podiam ocasionar um conflito entre si, como às vezes podiam se aliar contra um inimigo maior. Pode-se dizer que esses interesses em comum perpetuaram ao longo dos anos. Posteriormente, esses interesses foram registrados e assinados na Magna Carta no século XIII. A Magna Carta, por sua vez, formalizava as leis e costumes da Inglaterra e cabia ao soberano respeitá-la. Ademais, no século seguinte, em 1311, o aparecimento das Ordenanças tinha como função reforçar as cláusulas da Magna Carta.

Essas cláusulas se configuraram como uma tradição dos ingleses. A oposição a Eduardo II, digamos, seguia as cláusulas da Magna Carta e das Ordenanças de 1311, que legitimavam seus movimentos de resistência à coroa, às vezes violentos, às vezes pacíficos. Por resistência pacífica entende-se, como aponta Claire Valente, uma pressão por parte de demonstração de força, *armed demonstration*, com destruições. O aparecimento dessa oposição tinha como um dos porquês o conhecimento dos próprios aristocratas, um pensamento político partir de seus costumes, de que o rei não correspondia o que estava previsto para ser um bom rei. Os aristocratas

¹⁶ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 97.

da oposição também usavam a *targeted violence*¹⁷, isto é, uma violência dirigida, ou com um alvo. Sua função era perseguir os favoritos do rei com o intuito de pressioná-lo a seguir as “constituições”¹⁸ do reino. Enquanto a demonstração armada apenas destruía bens e terras, a *targeted violence* tinha como resultado o banimento do reino ou a morte do perseguido. Os aristocratas imaginavam e idealizavam os tipos de reis que ocupavam o trono do reino e, provavelmente, Eduardo II era aquele “príncipe enganado por conselhos maldosos”.¹⁹

Esse conselho maldoso de Eduardo II era composto, sobretudo, por alguns de seus favoritos. O primeiro deles, Piers Gaveston. Segundo os historiadores Dodd & Musson, Eduardo II era muito próximo de Gaveston, mesmo antes de assumir o trono inglês. Gaveston se configurava como um dos primeiros favoritos do rei e recebia muitos privilégios do mesmo. Esse favoritismo teria sido um ato que possivelmente contribuiu à uma escalada de insatisfação e violência. O rei governando aparentemente apenas para seus entes próximos causou certo descontentamento. No entanto, com a Magna Carta e com aparecimento das Ordenanças em 1311, esse favoritismo do rei para com Gaveston teve um fim.

¹⁷ Expressão usada por Claire Valente.

¹⁸ Por constituições, podemos entender que eram as cláusulas da Magna Carta e das Ordenanças de 1311.

¹⁹ HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*. Cosac & Naify, 2010. p. 21.

As cláusulas foram levadas perante o rei, e ele não teve escolha a não ser aceitar, sob tal pressão. O rei aparentemente não estava ciente de que estes aristocratas, seculares e eclesiásticos, queriam “reformular”²⁰ a política de seu governo. Estes homens ansiavam a redução e o impedimento do rei em fazer imposições ilegais de modo a favorecer apenas quem compunha seu núcleo familiar na corte, sobretudo, obrigar o aumento de concessões para além de seus favoritos. Por conseguinte, o favorito do rei foi expulso do reino ainda em 1311 e ameaçado de morte se ousasse retornar. Gaveston parece não ter levado à sério a ameaça e retornou à Inglaterra poucos meses depois. E a ameaça foi cumprida. Em 1312, Piers Gaveston fora morto, soltando a faísca que ascendeu a divisão política no reino de uma vez por todas. Sua morte possivelmente foi encomendada pelo primo e “maior opositor” de Eduardo II, Thomas de Lancaster, conde de Lancaster. É muito provável que a rainha Isabella usou da morte de Gaveston para aliar-se, contudo, à Lancaster. Entretanto, “Gaveston era o menos perigoso que o favorito dos últimos anos do reinado, Hugh Despenser, o jovem”.²¹

Não obstante, Eduardo II tinha outros favoritos. O Despenser, o jovem, era o mais determinado e habilidoso. “Os últimos anos do reinado foram dominados pelas ambições do velho e jovem Despenser, em uma posição dominante após a queda de Thomas de Lancaster, o

²⁰ Expressão de Claire Valente, pois, a violência juntamente com o apoio da Magna Carta e das Ordenanças de 1311 eram as ferramentas políticas que os aristocratas tinham em suas mãos para impor uma reforma nas políticas dos governantes.

²¹ *Gaveston was less dangerous than the favourite of the last years of the reign, Hugh Despenser the younger.* PRESTWICH, Michael. *The Three Edwards...* Op. Cit., p. 72.

principal oponente do rei, em 1322”.²² Porém, antes dessa dominação atingir seu “ápice”, essa dupla teve de enfrentar a crescente força armada e opositora que Thomas liderava. Para se entender a ascensão dos Despenser, pai e filho, no reinado de Eduardo II, precisamos explicar um pouco sobre o conde Thomas. Assim, após a morte de Gaveston, o “Lancaster adotou uma atitude ameaçadora em relação aos cortesãos. Afastou-se do rei e, em meados de 1317, estava convocando assembleias armadas no norte em uma demonstração de força”.²³ Os anos passaram e Lancaster foi conseguindo mais aliados, mais posses e poder.

Em 1321 houve a revolta contra o rei. Porém, o conde de Lancaster não estava mais todo poderoso. Ele havia perdido muitos homens e sua força militar havia diminuído, sobretudo após a derrota na batalha de Myton no ano de 1319. Não obstante, o conde havia passado dos limites negociando com os escoceses contra a coroa inglesa. A partir disso, Lancaster passou a ser acusado de traidor. Até então suas ações teriam sido legítimas, pois estava lutando a favor das cláusulas de 1215 e 1311. Em março de 1322, ele fora condenado e degolado. Com a morte de Lancaster e de alguns de seus aliados, pela primeira vez Eduardo II pareceu ter triunfado. E, graças a isso, os Despensers se

²²*The last years of the reign were dominated by the ambitions of the elder and younger Despenser, in a dominant position following the fall of Thomas of Lancaster, the king's leading opponent, in 1322. Ibid., p. 74.*

²³*Lancaster adopted a threatening attitude towards the courtiers. He withdrew from the king, and by the middle of 1317 he was summoning armed assemblies in the north in a show of strength. Ibid., 78.*

sobressaíram, permanecendo no poder e como conselheiros do rei. Mas isso não duraria por muito tempo. Se a queda deles não veio pelo Lancaster, mal sabiam a quem poderiam temer. A queda deles, que viria apenas acontecer em 1326, tinha um nome: Isabella.

Diante disso, a rainha também fora afetada de muitas formas. Primeiro, foi substituída por um favorito e por seu “falso conselho”.²⁴ Segundo, as relações de Isabella com Eduardo de 1321 a 1324 foram se distanciando, se deteriorando. Segundo, St. John, o motivo teria sido o aparecimento de mais um favorito, o Despenser, o jovem. Porém, como visto, ela não perdera seu poder e autoridade nas atuações políticas, fosse de forma autônoma, fosse como intercessora ou como mediadora de conflitos, pois,

o status dela como a esposa do rei permitiu que ela exercesse o poder e a autoridade do rei de maneira semelhante a seus outros ministros. A rainha era uma parte significativa da coroa e os mecanismos que transmitiam a autoridade do rei.²⁵

Ela manteria sua influência, mas em uma menor escala. E como já mencionado, em 1324, Isabella teve grande parte de suas terras confiscadas pelo rei e repassadas aos Despenser. As terras eram dela.

²⁴ Expressão usada na crônica inglesa *The Brut or The Chronicles of England*, edição de 1906.

²⁵ [...] *her status as the king's wife allowed her to exercise the king's power and authority in similar ways as his other ministers. The queen was a significant part of the crown and the mechanisms that conveyed the king's authority.* ST. JOHN, Lisa Benz. *The Three Medieval Queens...* Op. Cit., p. 17.

Suas posses eram dotes que havia recebido em seu casamento. Somente ela tinha direito sobre aquelas terras

A ida e o retorno da rainha: evidências de uma “guerra pela paz”

A Inglaterra e França, desde o século XIII, mantinham uma relação conflituosa. Assim, “uma sociedade de guerreiros, em competição relativamente livre, transformara-se numa sociedade em que a competição era restringida à maneira de um monopólio”.²⁶ Por monopólio, de acordo com Norbert Elias, entende-se que a rivalidade e as lutas entre reis ingleses e franceses, principalmente por questão de território, era um meio de procurar afirmar seu poder social, estender seu domínio sobre outra área e, sobretudo, ter controle sobre a violência, aumentando, conseqüentemente, a área de sua pacificação. O vencedor da disputa assumiria a função central de administração do local e, por conseguinte, assumiria o domínio. O domínio, segundo Elias, “significa, em primeiro lugar, [...] domínio sobre os rivais mais próximos e sua redução ao estado de dependência”.²⁷ Dessa forma, ora os franceses estavam no controle, ora os ingleses tinham o domínio.

Como já mencionado na introdução, os principais locais que estavam em competição, em disputa, nessa relação política entre os reis eram as terras localizadas nas regiões de Aquitânia e Gasconha. O século XIV também ficou marcado pelas duas fases da Guerra de

²⁶ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador...* Op. Cit., p. 118.

²⁷ Ibid. p. 133-134.

Independência da Escócia. Contudo, em 1324, são quatro os fatores que conseguimos identificar como motores que teriam implicado na ida da rainha Isabella para França e no seu retorno à Inglaterra. Esses fatores são: os confiscos das terras da rainha Isabella, o próprio conflito (crises de poder) interna na Inglaterra, o favoritismo do rei, e os conflitos nas terras de Aquitânia e Guienne (Gasconha).

Eduardo II, imerso nesse cenário – com cobranças do rei francês, com sua aristocracia dividida, tendo altos gastos investindo nas campanhas bélicas contra as ameaças de invasão dos escoceses –, não teria pensado duas vezes em se proteger da ameaça externa e de encontrar um meio de se manter conectado com os franceses. Como consequência disso, muitos foram os afetados, inclusive a rainha Isabella. A crônica inglesa *The Brut or The Chronicles of England*, edição de 1906 por Friedrich W. D. Brie, registra o momento da decisão dos confiscos das terras de Isabella da seguinte forma:

[...] O rei tendo ido à Londres, e lá através do conselho de Sir Hugh le Despenser, o pai, e o filho, e do mestre Robert de Baldok, um falso clérigo e chanceler do rei, tomaram todas as terras da rainha Isabella e também as terras de Sir Eduardo, seu filho [...].²⁸

²⁸[...] *the kyng went po vnto Londoñ, and pere, prouz counseil of Sire Hugh pe Spenser pe pader, and of his sone, and of maistre Robert of Baldok, a false pilede clerc, his Chancellor, lete seise po alle pe Quenes landes into his owe honde, and also alle pe landes pat were Sire Edward his sones [...]*. BRIE, Friedrich W. D. *The Brut or the Chronicles of England*. Published for the Early English Text Society. 1906.p. 232.

Esse teria sido o ápice não só no casamento, mas como também nas atuações políticas que Isabella praticava sob ordem do rei. A crônica *The Brut* nos dá uma ênfase sobre o tipo de “reputação” ou comportamento que tinham os aliados e o conselho do rei. Ao dirigir-se a Robert de Baldok como “falso clérigo” percebe-se que, não só para o cronista, mas também para os contemporâneos de Eduardo II, esta era possivelmente a imagem que a oposição do rei tinha sobre aqueles que ocupavam os gabinetes de administração real, que ocupavam os salões de festas da Corte, que aconselhavam o rei. E tanto o cronista quanto os historiadores tais como Claire Valente, Lisa Bens St. John, V. H. H. Green, Michael Prestwich, Dodd & Musson, anteriormente mencionados, concordam em uma coisa: o rei era muito mais vezes persuadido pelo seu “falso conselho”. Em outras palavras, Eduardo II era facilmente controlado pelo seu conselho. A exemplo disso, os Despenser tiveram inúmeras “conquistas” no reinado deste rei. “A escala na qual os Despenser usaram sua posição de autoridade para construir sua riqueza privada foram sem precedentes”.²⁹ Os aristocratas que assistiam a esse cenário e custeavam os gastos do rei e de seu núcleo familiar se sentiram lesados pela falta de responsabilidade e autoridade do monarca. Não só eles, a rainha Isabella perdeu seu lugar como a principal conselheira do rei para os favoritos do marido.

²⁹*The scale on which Despenser used his position authority to build up his private wealth was unprecedented.* PRESTWICH, Michael. *The Three...* Op. Cit. p. 84.

A crônica *The Brut* e a documentação jurisdicional *Calendar of Patent Rolls* (1324-27), apontam que, além do rei ter ficado irritado com os confiscos das terras de sua irmã, também decidira escrever a ele quanto as questões dos ducados no reino francês. O rei teria escrito uma carta convocando-o para comparecer à França para tratarem da paz entre os reinos e quanto aos ducados de Gasconha e Aquitânia. Trata-se sobre suspeitas vindas de ambos os reis a respeito dos ducados e quanto a relação feudo-vassálica entre os dois. O *Patent Rolls* indica que, tanto em 1324 quanto em 1326, as terras de Gasconha e Aquitânia estavam sob pressão do rei francês, consequentemente causando movimentações militares tanto na França quanto na Inglaterra. O rei francês possivelmente enxergava o rei inglês como irresponsável. Enquanto o rei inglês suspeitava de que o francês estava subornando seus vassalos que estavam na França a seu mando, a seu serviço. O rei inglês preparava tropas para mandar para a França, enquanto o rei francês exigia a presença de Eduardo II na sua Corte que, por sua vez, acabou não indo.³⁰ Com pouco entusiasmo para travar uma guerra, sugere a mesma crônica que, “foi ordenado na Inglaterra, através do rei e seu conselho, que a rainha Isabella deveria ir à França para tratar da paz

³⁰ Cf. *Calendar of Patent Rolls*, 1324-27, p. 60-332; Cf. *The Brut or The Chronicles of England*, p. 232-233.

entre o seu senhor e de seu irmão”.³¹ Por outro lado, a crônica não nos aponta o exato mês ou dia que a rainha Isabella deixou a Inglaterra.

Sendo assim, podemos fazer duas perguntas. Por que ele mandaria Isabella, em 1325, para resolver questões de paz entre os dois reis? E, à qual sentido se aplica a palavra *pees* (paz)? Para a primeira pergunta, podemos responder da seguinte forma: Eduardo II era vassalo de Carlos IV. A relação de vassalo e suserano seria, então, uma restrição para total domínio daquela área por parte dos ingleses. Seu descuido seria um sinal verde para que Carlos IV retomasse aquelas posses para seu poder. Enviar a rainha para tratar da paz entre os dois reis, sobretudo quanto ao ducado de Gasconha, seria uma forma de conter futuras ameaças. Eduardo II teria aproveitado das habilidades de negociação de Isabella para este momento específico. E, não muito depois, o filho primogênito do rei também teria ido para a França para receber o título de duque de Gasconha no lugar do pai.

Para a segunda pergunta, segundo Ryan Le Velle, em seu artigo publicado no livro de Diane Wolfthal, entende-se que ao enviar a rainha Isabella, a paz, neste caso, teria um sentido político: “existiam condições dentro das quais a negociação de paz poderia ocorrer, mostrando que a paz estava enraizada como uma opção política”.³² Os

³¹[...] and so Hit was ordeynede in Engeland, prouz pe Kyng and his Counseil, pat Quene Isabell shulde wende into Fraunce, forto trete of pees bituene her lord and her broper. BRIE, Friedrich W. D. *The Brut*... Op. Cit. p. 232.

³²Conditions existed within which peace negotiation could take place, showing that peace was ingrained as a political option. WOLFTHAL, Diane. *Peace and Negotiation*... Op. Cit., p. 44.

dois reinos ainda não estavam em guerra, mas em uma constante tensão há anos. “Tratar da paz” era uma conduta usada “muitas vezes estrategicamente, talvez como um meio de recuperação temporária durante campanhas e em termos de aliança política”.³³ Já Richard W. Kaeuper assinala que “os últimos anos do século XIII e nos primeiros anos do século XIV, os reis da Inglaterra e da França estavam seriamente envolvidos (com muito sucesso alternado) em medidas destinadas a assegurar a ordem pública”.³⁴ Manter a ordem pública, significava manter a paz. O que estava devidamente apenso a esta ordem era o sistema jurisdicional que ambos reinos detinham. Era através da experiência do poder dos aristocratas no senhorio no qual os reis encontravam o instrumento substancial para estabelecerem o poder real e manter a paz no reino.

Paralelo a isso, no livro organizado por T. B. Lambert & David Rollason, a paz recebe algumas definições, dentre elas: *peace and protective power* (paz e poder protetor); *peace as positive* (paz como positiva); *the social peace* (a paz social). Porém, iremos usar apenas a concepção e definição de *peace as positive*. No caso, seria a paz como uma harmonia, “amizade”, entre vassalo e suserano. “No entanto, esse tipo de paz [...] é frágil e eminentemente quebrável; sua negação leva à

³³[...] often be used strategically, perhaps as a means of temporary recovery during campaigns and in terms of political alliance. Ibid., p. 46.

³⁴By the later years of the thirteenth century and the early years of the fourteenth century, the kings of England and France were seriously involved (with very mixed success) in measures designed to secure public order. KAEUPER, Richard W. War, Justice and Public Order... Op. Cit., p. 170.

inimizade mortal”;³⁵ Sendo assim, podemos entender que, quando uma homenagem ou um juramento de fidelidade eram válidos, existia uma aparente relação positiva. Ela é frágil a ponto de que um descuido transforme o bom em mal, o amigo em inimigo. Vale ressaltar que esse tipo de relação é um laço contratual público feudo-vassálico que, por sua vez, está exposto a fragilidades. Podemos enxergar isso no motivo de ter enviado a rainha Isabella para a França. Provavelmente Eduardo II esperava que a corda que amarrava essa aparente relação positiva não rompesse quando se recusou ir para a França, por medo e por ter escutado, novamente, seu conselho.

Por este ângulo, podemos entender que o conselho, com o rei, possivelmente de forma inconsciente, caracterizou a rainha Isabella como um instrumento de pacificação. Pois, para manter essa relação positiva, essa amizade contratual, entre os dois reis, Isabella era a chave do equilíbrio, a própria idealização da concepção de paz. Se Isabella era o que se esperava para que a corda não se rompesse, para se manter a paz entre os dois reis, logo, o próprio Eduardo II propiciou à rainha a narrativa de uma imagem pacificadora. Desse mesmo modo, simultaneamente, Eduardo II teria dado à rainha as forças, as armas e o impulso, para um possível e eventual contra-ataque.

Por conseguinte, Thomas Head & Richard Landes ressaltam que, ao menos a França em meados do século XII, “[...] constituiu o

³⁵ *Yet this type of peace [...] is fragile and eminently shatterable; its negation leads to potentially mortal enmity.* LAMBERT, T. B; ROLLASON, David. *Peace and Protection...* Op. Cit., p. 8.

primeiro movimento em que, pelo menos teoricamente e por definição legal, a autoridade pública detinha o monopólio do uso legítimo da violência”.³⁶ Nesse sentido, entende-se que para qualquer uma das partes, se a corda rompesse,³⁷ o uso da violência sangrenta ou da violência como ferramenta política seria visto como legítimo, desde que fosse empregado por um representante de poder e autoridade devidamente reconhecidos. Já Diane Wolftal nos diz que a “conexão entre o pessoal e o político e seu foco em estratégias para alcançar a paz é acompanhado por uma outra característica distintiva: o exame dos problemas associados à paz”.³⁸ Para Wolftal, paz é uma resolução de um conflito, ou seja, o próprio conflito gera as oportunidades e a concepção de paz a partir da posição do grupo vencedor.

Estando na França, sugere Michael Prestwich que, tendo “o herdeiro do trono em suas mãos, Isabella se recusou a voltar a menos que os Despensers fossem removidos da corte”.³⁹ Isabella tinha um

³⁶[...] *Constituted the first movement at which, at least in theory and by legal definition, public authority held a monopoly on the legitimate use of violence [...].* HEAD, Thomas; LANDES, Richard. *The Peace of God...* Op. Cit., p. 8.

³⁷ Nesse sentido, se a corda romper significa uma demonstração da fragilidade desses laços feudo-vassálicos. Como Eduardo II nesse período era vassalo do rei francês, Carlos IV, era provável que ele tinha certo receio e preocupação com esse laço entre os dois. E o rompimento disso, daria a legitimidade para o uso da violência.

³⁸[...] *The connection between the personal and the political and its focusing on strategies to attain peace is joined by one other distinguishing feature: its examination of the problems associated with peace.* WOLFTAL, Diane. *Peace and Negotiation...* Op. Cit., p. xxv-xix.

³⁹*With the heir to the throne in her hands, Isabella refused to return unless the Despensers were removed from court.* PRESTWICH, Michael. *The Three...* Op. Cit. p. 85.

motivo próprio para desejar isso. Se não funcionasse à distância e sob pressão, permanecendo na França, logo, ela, provavelmente, ainda seria a causa da queda dos Despenser por outro meio.

O primeiro assunto a ser tratado com o rei francês foi quanto à homenagem em relação ao ducado de Gasconha. Além de ter feito a cobrança quanto a homenagem, fez do primogênito do rei inglês o Duque de Guienne, como mostra a crônica inglesa *The Brut* em uma fala do rei francês para o futuro rei da Inglaterra:

[...] meu querido, seja bem-vindo, entendo que por causa de seu pai não pôde vir para receber o título do Ducado de Guienne, seus antepassados não iriam querer que não o fizesse, você recebe aquele senhorio e deve mantê-lo para mim como uma herança assim como seus antepassados fizeram antes [...].⁴⁰

Desse modo, Eduardo de Windsor, futuro rei da Inglaterra, garantiu sua homenagem sobre os ducados, assumindo muito mais do que o esperado. E não muito mais tarde, em 1326, as terras de Gasconha que deveriam estar sendo supervisionadas pelo Sir Oliver de Ingham, que foi enviado à França junto com a rainha, sofreram inesperados danos com destruições vindas de homens franceses, assim como mostra o *Calendar of Fine Rolls*(1319-27), no mês de agosto:

⁴⁰[...] *faire sone, ze ben welcomen; and for cause pat of zour pader comeþ nouzt forto done his homage for pe Duchee of Ghyen, as his auncestres were wont forto done, zeue pat lordeship, to holde hit of me in heritage as zoure auncestre deden bifore zow.* BRIE, Friedrich W. D. *The Brut*... Op. Cit. p. 233.

[...] O rei da França tem feito guerra ao rei, recebendo a esposa do rei em seu reino e detendo Eduardo, o primogênito do rei, a quem o rei confiava em seu afeto, enviado a ele, contra a vontade do rei, e acalentando os inimigos do rei e rebeldesdo rei, e cavalgando contra o dito ducado (sic) com ameaça de exércitos, e sobrecarregando com guerra o rei e seus cercos em outros caminhos por terra e mar, e tendo agora ordenado a prisão de todos os homens do reino e poder do rei (inglês) passando por seu reino e permanecendo nele, com seus bens.⁴¹

A destruição nas terras de Gasconhapoderia ser resultado das provocações indiretas feitas ao rei francês. Carlos IV, possivelmente, entendeu que enviar a rainha não era o suficiente para que se mantivesse a paz entre eles, muito menos seria resolvido o problema entre os dois enviando seu filho primogênito para realizar tarefas que eram de responsabilidade de quem carregava a coroa. A negligência pode ser vista, pelos olhos do rei francês, como uma forma de Eduardo II negar sua relação pública de vassalo, logo, podia ser interpretada como motivo para uma guerra legítima e a retomada de poder sobre aquelas terras.

⁴¹[...] *the king of France having made war on the king, receiving the king's wife in his realm and detaining Edward, the king's firstborn son, whom the king, trusting to his affection, sent to him, against the king's will, and cherishing the king's enemies and rebels, and riding against the said duchy (sic) with treat armies, and burdening with war the king and his liegesin other ways by land and sea, and having now ordered the arrest of all men of the king's realm and power passing through his realm and staying therein, with their goods.*C. F. R., 1319-27. p. 410-11.

Em contrapartida, Eduardo II lançou ordens para todos os cantos da Inglaterra, como pode se observar, um exemplo, neste trecho referente ao mês de agosto de 1326 no *Fine Rolls*:

Ordem ao sheriff de York para prender todos os homens do poder e domínio do rei da França com seus navios e bens, exceto religiosos e outras pessoas eclesiásticas e aqueles que fixaram domicílios, filhos e esposas no reino e permaneceram nele como habitantes por um longo tempo, e exceto os homens de Flandres e Bretanha durante a trégua entre o rei e eles, e para mantê-los e seus navios e mercadorias com segurança até nova ordem; e para certificar o rei dos nomes daqueles que estão presos e de seus navios e bens e o valor deles, e dos nomes daqueles que têm domicílio dentro do reino, e de tudo que ele faz aqui.⁴²

Este tipo de ordem demonstra o que foi já explicado anteriormente quanto aos acontecimentos que começaram através movimentações militares em Gasconha e Aquitânia ainda em novembro de 1324. Percebe-se, assim que, mesmo com a rainha Isabella na França, mesmo com Eduardo de Windsor fazendo sua homenagem quanto as terras de Gasconha, os conflitos em torno de Gasconha não cessaram. A ideia

⁴²*Order to the sheriff of York to arrest all men of the power and dominion of the king of France with their ships and goods, except religious and other ecclesiastical persons and those who have fixed domiciles, children and wives in the realm and have stayed therein as denizens for a long time, and except men of Flanders and Brittany during the truce between the king and them, and to keep them and their ships and goods safely until further order ; and to certify the king of the names of those so arrested and of their ships and goods and the value thereof, and of the names of those who have domiciles within the realm, and of all he do herein. C. F. R., 1319-27, p. 410-411.*

que Eduardo II tinha de que enviando a rainha e seu filho para a França resolveria os problemas com rei francês não passou de uma grande desilusão de seus interesses. Gasconha, Aquitânia e o reino da Inglaterra ainda ferviam em conflitos.

Por conseguinte, a rainha insistiu em ficar na França. A crônica inglesa nos mostra um registro do momento que Eduardo II teria ficado enfurecido e acusado a rainha e seu filho de inimigos.

Quando o Rei Eduardo estava com certeza enfurecido, deixou que clamassem em Londres, se Rainha Isabella e Eduardo seu filho não viessem para Inglaterra, que eles fossem considerados como inimigos, ambos para o reino e para a coroa; e que se não voltassem para Inglaterra, mas ambos fossem exilados, a mãe e seu filho.⁴³

Tendo em vista a palavra “exilados”, podemos compreender o porquê de os historiadores como Lisa Benz St. John, Mark Buck, Dodd & Musson e outros, citados na introdução e ao longo desse artigo, chamarem o retorno de Isabella como invasão. Nesta perspectiva, quem estava exilado, banido, se retornasse e ainda com um exército, não seria visto como legítimo, muito menos como pacificador do reino.

Quando Isabella soube da referência a si como inimiga do rei e do reino, os planos parecem ter mudado. Atacar as terras de Gasconha não

⁴³*Wherfore Kyng Edward was ful sore annoiede, and' lete make a crie at London pat, if Quene Isabell and Edward her sone come nouzt into Engeland, pat pai shulde bene holden as enemys, bope to pe reaume & to pe croune; and for pat pai wolde nouzt come into Engeland, but bop were exiled, pe moder and her sone.* BRIE, Friederich W. D. *The Brut*... Op. Cit., p. 233.

foi o suficiente. Aqui, uma rápida observação. Seguindo o que Claire Valente define de *armed demonstration* (demonstração armada), podemos associar isso com o ataque nas terras de Gasconha. Se a demonstração armada não foi o suficiente, usava-se da *targeted violence*. Podemos associar o retorno de Isabella como uma perseguição aos Despenser que ainda estavam no poder na Inglaterra, além de uma busca por apresentar-se como a liderança da pacificação do reino. Desse modo, com a própria idealização de sua imagem como pacificadora, podemos dizer que Isabella aproveitou das circunstâncias, transformando seu envio e sua imagem de pacificadora numa arma, na própria narrativa para seu contra-ataque. E ela contava com seguidores leais de ambos os reinos, como já explicado.

Se o usoda violência era uma “ferramenta política”, segundo Claire Valente, e uma “ideia eminentemente política”, de acordo com Leandro Rust, podemos entender que, possivelmente, estes aristocratas foram banidos como pessoas que violaram algum costume, lei, da Inglaterra. Para Valente, se lei era a política, para Rust, violá-la era um ato de violência. Mas há quem faria isso propositalmente! Entretanto, que tipo de lei estaríamos nos referindo? A Inglaterra era um reino de costumes. Nos referimos à lei de terra como costume dos ingleses desde a Inglaterra anglo-normanda. Um senhor feudal, ao abandonar seu senhorio e não exercer sua autoridade e poder era, de certa forma, uma violação ao costume, à lei. Violação era uma violência. E onde se encaixa o derramamento de sangue? O sangue derramado também era

parte de uma forma de costume, uma política, instaurada por quem detinha do direito de comando e poder para tal. O derramamento de sangue e a violência eram legítimos quando fossem empregados “como meio para alcançar um bem superior [...] Um bem como a paz”.⁴⁴ Como a rainha era uma autoridade pública, detinha do direito de comando e poder para tal, logo, derramar sangue em seu retorno se tornava legítimo na restauração da paz. A rainha, mesmo com seu poder social em menor escala, ao se aliar com seu irmão e com seus vassalos, e contar com a confiança dos outros seguidores que ela havia conquistado nos primeiros anos do reinado de Eduardo II, conseguira se estabelecer como uma administradora de toda aquela força que estava disposta a exercer quando retornasse à Inglaterra. Inclusive, a “maternidade deu automaticamente o poder de rainha, mas coube a ela, ou àqueles à sua volta, manipular ativamente essa posição para estender seu poder à autoridade”.⁴⁵

Considerações finais

O retorno da rainha Isabella, ou sua guerra pela paz, pode ser assim caracterizado em duas etapas, que foram, consequente e simultaneamente, resultados imediatos das atuações políticas de Isabella. O derramamento de sangue e a morte dos favoritos do rei

⁴⁴RUST, Leandro Duarte. *Bispos Guerreiros...* Op. Cit. p. 113.

⁴⁵[...] *motherhood automatically gave the queen power, but it was up to her, or those around her, to actively manipulate this position to extend her power into authority.* ST. JOHN, Lisa Benz. *The Three Medieval Queens...* Op. Cit. p. 143.

caracterizavam a primeira etapa. A segunda, por sua vez, foi a deposição-abdicação de Eduardo II no ano de 1327 devido às habilidades de Isabella em controlar e manipular aqueles que estavam ao seu redor para que acreditassem que o rei havia abdicado, quando, por outro lado, a deposição foi uma sugestão de seu conselho.⁴⁶ Em outras palavras, o controle de Isabella nesse período pode ser entendido, no entanto, como uma relação de interdependência que ela tinha para com os aristocratas que lhe apoiavam. O apoio desses aristocratas em seu retorno foi substancial para tornar a guerra como uma ferramenta para com fins políticos.

Sendo assim, a guerra pela paz foi um instrumento, por assim dizer, reformador, pretendido como restaurador, que foi devidamente mais controlado pelos aristocratas da oposição de Eduardo II que pela própria rainha Isabella. A identificação de alguns interesses em particular e com a imagem da rainha fizera com que esses aristocratas, espontaneamente, tomassem um partido, uma posição, de lutarem ao lado da rainha. Logo, a paz que deveria ser proclamada na coroação de Eduardo III⁴⁷ era exclusiva dos aristocratas que seguiram a rainha, dos vencedores. Dessa forma, entende-se que no momento do retorno à Inglaterra, quem estava com a rainha Isabella pensava e idealizava o retorno como legítimo, e a guerra pela paz como uma ferramenta

⁴⁶ Cf. VALENTE, Claire. *The Deposition and Abdication of Edward II*. The English Historical Review, Vol. 113, No. 453 (Sep., 1998), pp. 852-881., p. 877; Cf. ST. JOHN, Lisa Benz. *The Three Medieval Queens...* Op. Cit., p. 140; Cf. *Calendar of Close Rolls, 1327-30*, p. 8; Cf. BRIE, Friederich W. D. *The Brut...* Op. Cit., p. 242.

⁴⁷ Cf. *Calendar of Close Rolls, 1327-30*, p. 8.

política para com fins políticos. Aqueles que estavam ao lado Eduardo II, possivelmente enxergaram o retorno de Isabella como o uma guerra má, a causa de mais crise e violência no reino, portanto, sua volta à Inglaterra não era vista como legítima

A concepção de paz era moldada a partir dos interesses e costumes dos aristocratas, podendo, por vezes, ser motivo para se rebelarem contra quem anteriormente lutara a seu serviço. Esse é o caso da rebelião de 1329, em que esses mesmos aristocratas que apoiaram a rainha em seu retorno à Inglaterra, rebelaram-se contra ela.⁴⁸ Contudo, a paz era o símbolo de uma nova ordem política. Eessa nova ordem política e a reforma no governo pertenciam somente ao grupo dos aristocratas vencedores, já que os derrotados eram mortos, presos ou restritos a outro tipo de subjugação ao novo poder.

Fontes Primárias

BRIE, Friedrich W. D. *The Brut or The Chronicles of England*. Published for the Early English text Society, 1906.

Calendar of Close Rolls, 1327-30. Preserved in the Public Record Office, 1972

Calendar of Close Rolls, 1330-33. Preserved in the Public Record Office, 1972.

⁴⁸ Cf. ST. JOHN, Lisa Benz. *The Three Medieval Queens...* Op. Cit., p. 156; Cf. *Memorandum no Calendar of Close Rolls, 1330-33*, p. 293-294

Calendar of Fine Rolls, 1319-27. Preserved in the Public Record Office, 1912.

Calendar of Patent Rolls, 1324-27. Preserved in the Public Record Office. 1971.

Fontes Bibliográficas

BISSON, Thomas N. *Las crisis del siglo XII: el poder, la nobleza y los orígenes de la gobernación europea*. Crítica Barcelona, 2009.

BUCK, Mark. *Politics, Finance and the Church in the Reign of Edward II: Walter Stapleton, treasurer of England*. Cambridge University Press, 1983.

DODD, Gwilym; MUSSON, Anthony. *The Reign of Edward II: New Perspectives*. York Medieval Press, 2006.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Volume 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

GREEN, V. H. H. *The Later Plantagenets*. Arnold, 1955.

HEAD, Thomas; LANDES, Richard. *The Peace of God: Social Violence and Religious response in France around the Year 1000*. New York: Cornell University Press, 1992.

HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*. Cosac & Naify, 2010.

LAMBERT, T. B; ROLLASON, David. *Peace and Protection in the Middle Ages*. Durham University, 2009.

KAEUPER, Richard W. *War, Justice and Public Order: England and France in Later Middle Ages*. Oxford:Clarendon Press, 1988.

PRESTWICH, Michael. *The Three Edwards: War and State in England 1272-1377*. 2nd Ed. Routledge, 1990.

RUST, Leandro Duarte. *Bispos Guerreiros: Violência e Fé antes das Cruzadas*. Petrópolis: Vozes, 2018.

ST. JOHN, Lisa Benz. *Three Medieval Queens: Queenship and the Crown in the Fourteenth-Century England*. Palgrave Macmillan, 2012.

VALENTE, Claire. *The Deposition and Abdication of Edward II*. The English Historical Review, Vol. 113, No. 453 (Sep., 1998), pp. 852-881.

_____. *The Theory and The Practice of Revolt in Medieval England*. Ashgate, 2003.

WOLFTHAL, Diane. *Peace and Negotiation: Strategies for Coexistence in the Middle Ages and Renaissance*. Arizona: Brepols, 2000.

Recebido em 03/07/18 aceito para publicação em 22/01/19